

O instituto histórico geográfico brasileiro como capital social dos senadores na primeira república

Paula Matoski Buttore¹

Este artigo faz um resgate histórico da dinâmica das elites no período de 1889 a 1930, problematizando a questão do capital de relações sociais articulado pelos intelectuais pertencentes ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro como forma de alçarem postos de destaque na política local. A hipótese é de que esta prática é usada como forma de ascensão e manutenção da carreira política. Procuraremos descrever a distribuição das formações acadêmicas, direção partidária e vínculos familiares dos senadores brasileiros no período da Primeira República em comparação com os senadores membros do IHGB no mesmo período, buscando verificar uma possível relação entre o associativismo relacionado ao Instituto e a possibilidade de reconversão desta relação em capital social

Para verificar a hipótese examinamos a relação entre a participação dos senadores no IHGB e sua trajetória política. Através do método de pesquisa prosopográfico, levantamos os perfis detalhados destes sujeitos, destacando dados como idade, região de origem, filiação partidária, formação acadêmica, profissão de origem e trajetória política. Os resultados apontam que os senadores membros do IHGB tiveram que lançar mão de outros tipos de recursos, como direção partidária, vínculos familiares e formação acadêmica, além de uma carreira política mais linear, a fim de poderem galgar seus postos no Senado. Na metade do período, a partir da 29ª legislatura, nota-se uma progressiva homogeneização no tipo de cargo de entrada e formação.

O IHGB, criado em 1838, através do projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada e comprometida com um projeto nacional, foi responsável por homogeneizar a visão de Brasil no interior das elites brasileiras. Tendo seus membros recrutados pela via das relações sociais, marcava um tipo de socialização de corte específica e concentrava um capital social importante aos seus membros.

PALAVRAS-CHAVE: *senadores; Instituto Histórico Geográfico Brasileiro; elites.*

¹ Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: paulambuttore@gmail.com

1 Introdução

Este artigo faz um resgate histórico da dinâmica das elites no período de 1889 a 1930, problematizando a questão do capital de relações sociais articulado pelos intelectuais pertencentes ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro como forma de alçarem postos de destaque na política local. O problema de fundo da pesquisa é analisar as modalidades de legitimação da ocupação do cargo de senador na Primeira República, tomando a relação de engajamento associativo ao Instituto Histórico Geográfico Nacional, direção partidária e formação profissional como possíveis variáveis explicativas. A hipótese é de que os parlamentares pertencentes ao IHGB formaram um importante contingente da elite política na Primeira República do Brasil.

Para empreender esta pesquisa, lançamos mão do conceito de campo político de Bourdieu (2011), que diz respeito a “um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior do grande mundo social”, onde existe “um grande número de propriedades, relações, ações e processos que se encontram no mundo global, mas esses processos, esses fenômenos, se revestem aí de uma forma particular”. Como condição para entrada nesse universo seria necessário a reconversão de recursos sociais, econômicos, entre outros, em recursos políticos legitimados em seu âmbito, ou seja, uma transformação que obedecesse aos princípios e regras de funcionamento desse campo, sendo a exclusão a sanção recebida pela transgressão (BOURDIEU, 2011).

O artigo está dividido em três partes: primeiramente, há um resgate da dinâmica da elite dirigente e do papel assumido pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro como instituição hegemônica na elite intelectual no início da República, em seguida, demonstram-se os resultados da pesquisa realizada com os senadores em exercício no período de 1889 a 1930, apontando para os padrões de entrada na carreira política, formação acadêmica, direção partidária e vínculos familiares dos senadores membros do IHGB em comparação ao total de senadores em exercício na Primeira República. Ao final, procuramos demonstrar de que forma o papel das relações sociais desenvolvidas no Instituto articularam-se como capital social para estes indivíduos.

2 A dinâmica das elites políticas na Primeira República e o lugar do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

Analisar a dinâmica da elite brasileira é uma tarefa árdua, principalmente quando nos debruçamos sobre a Primeira República, cujas fontes de dados são escassas, bem como ausentes são

as descrições e narrativas históricas com excepcional aprofundamento. É apenas a partir da “emergência do “pensamento político autoritário” (LAMOUNIER, 1977) surgido exatamente no período republicano, que os intelectuais começam a desenvolver sistematicamente reflexões, mesmo que sob a forma de ensaios” (PASE, 2009, p.97).

Indo ao encontro de teóricos como Kurzman & Healey (2004), os quais afirmavam que " intelectuais independentes são encontrados no curso da história em todos os campos", fornecendo liderança hegemônica e infraestrutura organizacional para os movimentos de transição política do início do séc. XX, o ensino superior foi elemento unificador das elites brasileiras no declínio do Império e na mudança para a República. De acordo com Murilo de Carvalho, a elite era “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (2008, p.59). Quase toda a elite possuía algum tipo de graduação, principalmente em Direito, e, em menor proporção, em Engenharia e Medicina, e isto a unificava ideologicamente. A educação superior, durante o Império, era obtida em Portugal, e, após a Independência, em quatro capitais brasileiras, o que promovia uma concentração geográfica que facilitava o contato pessoal entre os estudantes, unificando-os ideologicamente dentro do controle do governo brasileiro e português (CARVALHO, 2008).

A educação adquiria o cunho de status superior, e a elite de “bacharéis” assumia a responsabilidade direta pela manutenção do território nacional, tendo como objetivo principal a manutenção geográfica e a constituição do estado nacional, contrapondo-se à elite espanhola, que primava pela constituição da república liberal.

O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – IHGB, fundado em 1838, surge neste mesmo lastro, assumindo a tarefa de delinear um perfil para a "Nação brasileira", capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das "Nações", de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. Protagonistas na produção de um saber histórico na própria época em que a separação entre campos diversos do conhecimento estava se formando, seus membros foram responsáveis pela criação de um saber hegemônico da história, capaz de criar um passado comum para a nação e preservar a integridade territorial do País. No entanto, estes “artesões” da história não possuíam formação específica de historiador. Eram basicamente membros da elite que ocupavam funções no aparelho de Estado, seja na burocracia estatal ou como políticos de renome (GUIMARÃES, 1988; CALLARI, 2001). “Literatos, advogados, médicos, engenheiros, militares – carreiras de praxe a serem seguidas pelos filhos da elite – eram as principais ocupações daqueles que se dedicavam com afinco aos projetos de seus institutos” (CALLARI, 2001).

Estes membros eram, assim, comprometidos com a ordem que representavam, apesar de o Instituto se definir como instituição intelectual, e não político. A hegemonia constituída pelos

componentes do IHGB – que representavam também a elite pensante – era dupla, estendendo-se pelo Estado e pela sociedade civil, na qual possuíam ativa participação como clérigos, jornalistas e professores. Destacava-se aí o papel da escola, canal de formação dos filhos da elite – por conseguinte, de reforço ideológico – e, conseqüentemente, de propagação dos valores dominantes pela sociedade.

A ideia de criação de um Instituto Histórico foi veiculada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional – SAIN, criada em 1827 e substituída em 1904 pelo Centro Industrial do Brasil. De acordo com Murilo de Carvalho (2008), o termo indústria, na época, se referia à atividade produtiva em geral, sendo a atividade agrícola a predominante. A Sociedade era “algo próximo de um centro de estudos ou sociedade literária” e a “participação de políticos em seu interior era simbólica, sendo, em si uma associação de classe que exercia influência política” (CARVALHO, 2008, p.52).

O IHGB teve atuação decisiva nos debates historiográficos e na sua divulgação, ainda que de maneira indireta, através dos livros didáticos, os quais produziu durante a Primeira República. O Instituto tinha sede no Rio de Janeiro, onde estava a Corte, e reuniu em seus quadros a elite da sociedade e da intelectualidade da época, juntando membros locais, como sócios efetivos, e elementos de outras partes do país e do mundo, como sócios correspondentes. A aproximação com a Corte não era somente física, mas pessoal, uma vez que o IHGB era intimamente relacionado com a monarquia de D. Pedro, “amigo das letras” e referido como seu patrono. O imperador participava assiduamente das reuniões, o que contribuiu para sua imagem de monarca letrado e intelectual, além de fornecer subvenções oficiais, cargos públicos e bolsas de estudos que viabilizavam o trabalho dos membros do Instituto (CALLARI, 2001). “O IHGB reivindicava para o historiador estatuto específico, devendo ser subsidiado pelo governo “para não distrair o seu espírito com as necessidades da vida material”” (CALLARI, 2001, p.74).

O recrutamento dos membros do IHGB dava-se fundamentalmente pela via das relações sociais (GUIMARÃES, 1988; CALLARI, 2001), sem que o candidato tivesse que provar uma produção intelectual na área de atuação do instituto, embora este critério fosse definido no estatuto. Deste modo, ainda que adotando um caráter de academia nos moldes iluministas, se organizavam num tipo de sociabilização própria de uma sociedade do Império, que foge às regras específicas do mundo acadêmico, cujo critério de recrutamento básico apoiar-se-ia no domínio de um saber específico.

A constituição do IHGB tinha por fim produzir uma homogeneização da visão de Brasil no interior das elites. Seu objetivo, expresso pelo estatuto, era o de: “coligir, metodizar, publicar ou

arquivar os documentos para a história e geografia do império no Brasil; e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despesa”, conforme seu Art. 1º, que consta na Primeira Edição. O instituto se propunha a levar a cabo um projeto de novos tempos, cuja marca era a soberania do princípio nacional enquanto critério fundamental definidor de uma identidade social. Tentava unir o ideal iluminista da “república das letras”, com o imperativo de fundamentar historicamente um projeto nacional, arquitetando seus mitos e representações, porém dando-lhes um código de objetividade e evidência fundados na ciência, ou seja, na história.

O IHGB constituiu-se como instituição pioneira e sólida que nunca deixou de publicar sua revista, que pode ser acessada até hoje desde seu número primeiro. Nas revistas é possível acompanhar a queda do império e a emergência republicana. O Instituto a princípio não aceita a mudança de governo, recusando a proposta de nomear uma comissão para saudar o governo provisório, mas acaba por se alinhar, pois dependia da subvenção oficial (CALLARI, 2001). “Em 1891 Deodoro da Fonseca, irmão do primeiro secretário João Severiano da Fonseca, torna-se presidente honorário do IHGB, praxe seguida em relação aos próximos governantes” (CALLARI, 2001, p.65).

A revista trimestral do IHGB escreve as atividades da instituição através de relatórios, cerimônias e atos comemorativos variados. Estão presentes três temas fundamentais: o Descobrimento, a Independência e a República, destacando-se a problemática indígena, as viagens e explorações científicas e o debate da história regional. Em 1847 a revista premiou, num concurso sobre a melhor maneira de escrever a história do Brasil, um artigo do alemão Von Martius, que desenvolveu a ideia de que a peculiaridade do Brasil era o cruzamento das três raças, branca, negra e indígena, construindo os alicerces para a construção do mito da democracia racial, embora pregasse ainda a hierarquia entre as raças (CALLARI, 2001; GUIMARÃES, 1988).

Os Institutos regionais que foram inaugurados a partir da sede, seguiam os moldes e as regras da matriz, com o adendo de enaltecerem as conquistas regionais e o papel dos estados na história brasileira. Um exemplo é o IHG de Minas Gerais, que foi criado em 1907, espelhado em sua matriz IHGB. Só lançou sua primeira revista em 1945. Na primeira fase, o resumo das deliberações tomadas pelo Instituto era veiculado pelo órgão oficial do estado, o que pode ser atribuído à importância política de seus membros (CALLARI, 2001).

Com a abdicação de Dom Pedro I, o País dividiu-se, grosso modo, em três grupos: os Moderados, defensores da Monarquia liberal, os exaltados, advogados do Federalismo, e os Restauradores, que almejavam o retorno do Imperador. Uma vez que a Monarquia ficou associada à

tendências absolutistas, foram necessárias reformas de cunho descentralizador. O medo da anarquia e da fragmentação da nação fez com que os grupos agissem em prol da manutenção da ordem e da integridade nacional, cabendo ao IHGB um papel fundamental neste estabelecimento. Propagando valores calcados no catolicismo e no conservadorismo, o IHGB foi responsável por estabelecer a visão dominante da República Velha de que a Monarquia evitou a fragmentação territorial e a sucessão de ditadores, como ocorreu com as ex-colônias espanholas.

A verdadeira transformação ocorre apenas a partir de 1930, com a emergência do Estado Novo, quando surge uma nova elite nacional formada nas faculdades de ciências econômicas. O Estado Novo rompe com a descentralização da República Velha e imprime uma centralização crescente, na qual a elite econômica cumpre papel fundamental. É ela que contribui com o processo de urbanização e industrialização, embora mantendo laços estreitos com as oligarquias regionais. Nas regiões mais distantes dos centros do poder, o clientelismo permanecia. De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (2013), é apenas em 1930 que se inicia a transição da sociedade oligárquica escravista para uma democrática capitalista. Em suas palavras:

Em números agregados, foram 104 anos de incontestável supremacia oligárquica na vida civil e parlamentar (1826-1930), parte dela fundada em regime econômico escravista (até 1888), e 34 anos de transição para superar uma economia agrária oligopolizada e decadente (1930-1964) (SANTOS, 2013, p. 17).

Os intelectuais nacionalistas autoritários surgem a partir do estabelecimento da República com diversos perfis, no entanto o que permanece comum é a ideologia autoritária, ou ainda, a ideologia do Estado (Lamounier, 1977).

3 O perfil dos senadores de 1889 a 1930

Para os fins desta pesquisa, realizamos o levantamento do perfil bibliográfico de 1047 mandatos de senadores dispostos entre a 21^a e a 35^a legislatura (1889 a 1930), utilizando como fonte de dados o banco de dados “Biografia dos Senadores Brasileiros (BSEN) - 1826-2013” da Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal, órgão responsável pela manutenção, atualização e processamento de bancos de dados do Senado – PRODASEN.

Do total deste universo, 79 mandatos (7,5%) foram de membros do IHGB, constituindo uma média de 5,2 mandatos por legislatura. Esperamos que, ainda que em número reduzido, a análise destes senadores possa desvendar a relevância do IHGB como capital social na Primeira República.

<i>Legislaturas</i>	<i>Total de senadores</i>	<i>Senadores Membros do IHGB</i>
<i>21^a (1890-1891)</i>	<i>57</i>	<i>5</i>

22 ^a (1891-1893)	72	5
23 ^a (1894-1896)	76	4
24 ^a (1897-1899)	67	4
25 ^a (1900-1902)	73	5
26 ^a (1903-1905)	71	6
27 ^a (1906-1908)	75	7
28 ^a (1909-1911)	61	2
29 ^a (1912-1915)	70	6
30 ^a (1915-1917)	57	3
31 ^a (1918-1920)	67	5
32 ^a (1921-1923)	71	7
33 ^a (1924-1926)	83	7
34 ^a (1927-1929)	74	7
35 ^a (1930-1930)	73	6
Total	1047	79

Fonte 1- Elaboração própria a partir de dados do PRODASEN.

TABELA 1 – Distribuição de Senadores por Legislatura

Seguimos a colocação de Coradini (2007), de que a existência de associativismo ou relação entre políticos não depende apenas das lógicas do engajamento e militância associativa, mas de sua inserção e inter-relação com outros recursos e esferas de atuação, dos quais destacam-se, entre outros, a formação escolar e as relações com o universo da política. Destacamos assim, nesta análise, os dados referentes à tempo de carreira, formação educacional, direção partidária e vínculo familiar.

Estudos sobre política que focam em indivíduos demonstram que estas características podem influenciar a visão de mundo dos parlamentares, sendo variáveis que permanecem ao longo da vida dos sujeitos, ainda que haja mudança de partido. Estas variáveis podem revelar prestígio, conexões e habilidades dos parlamentares. Estudos sobre elites parlamentares apontam que estas tendem a possuir um status superior ao restante da sociedade no que diz respeito a formação superior, ocupação e renda (PATTERSON, 1968; URIARTE, 1997; SERNA, 2009).

Inicialmente, podemos apontar que os senadores membros do IHGB apresentavam-se como um grupo homogêneo no que diz respeito ao tempo de carreira, com uma média de 8,4 anos de exercício, enquanto o restante do universo apresenta uma média de 7 anos de carreira. Este dado demonstra que os senadores pertencentes ao Instituto tenderam a manter-se mais tempo exercendo mandato, podendo indicar que seu perfil apresentava características que facilitavam sua permanência no campo político.

Em números de elite, são 321 senadores distribuídos em 1047 mandatos entre a 21ª e a 35ª legislatura. A tabela 2 revela quantos senadores exerceram quantos mandatos durante o período considerado.

TABELA 2 – Total de mandatos de senadores na Primeira República

<i>Número de vezes eleito</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Número de senadores eleitos</i>	55	82	65	45	26	17	8	7	2	2	4	2

Fonte 2- Elaboração própria a partir de dados do PRODASEN.

Somados os senadores que exerceram um mandato (17%) mais aqueles que exerceram dois mandatos (25,4%), obtém-se que a maioria da elite do senado na Primeira República (42%) não permaneceu no Senado mais do que quatro anos. Estes números são similares aos encontrados por Santos (2013) num levantamento sobre a Câmara dos Deputados no mesmo período, encontrando ali uma taxa de 40% de deputados com no máximo dois mandatos. Com efeito, é possível considerar que os 17 senadores que cumpriram de 7 a 12 mandatos compunham a elite parlamentar no período, posto que “os senhores locais destituíam de poder qualquer representante, quando eles assim supunham necessário” (SANTOS, 2013, p.16).

Quando se trata dos membros do IHGB, este número se altera, conforme demonstrado na Tabela 3. São 29 senadores distribuídos em 79 mandatos, em sua maioria (55%) tendo exercido de um a dois mandatos, não permanecendo no Senado por mais de dois anos. Em contraste com o universo ampliado, fica claro que não há forte presença de elite parlamentar no universo dos membros do IHGB durante a Primeira República.

TABELA 3 – Total de mandatos de senadores membros do IHGB na Primeira República

<i>Número de vezes eleito</i>	1	2	3	4	5	6	7
<i>Número de deputados eleitos</i>	7	9	4	0	5	3	1

Fonte 3- Elaboração própria a partir de dados do PRODASEN.

No que diz respeito à formação acadêmica, agregamos as profissões em sete categorias: Direito (inclui bacharelado em Direito e formação em Ciências Jurídicas e Sociais), Engenharia, Medicina (inclui outras profissões da Saúde, como Farmácia), Humanidades (inclui História e demais Ciências Humanas), Formação Militar, sem formação e outros (inclui Matemática e Formação Religiosa). A formação acadêmica pode ser um bom preditor de comportamento na medida que garante a homogeneidade das elites e aumenta sua capacidade de atuação política. Mesmo que

recrutadas de setores diferentes, as elites podem agir de modo coeso a partir da educação, treinamento e carreira (Carvalho, 2003).

Durante a Primeira República, as formações mais frequentes dos senadores são em Direito, Formação Militar e Medicina, havendo uma parcela significativa de senadores sem formação, conforme gráfico a seguir.

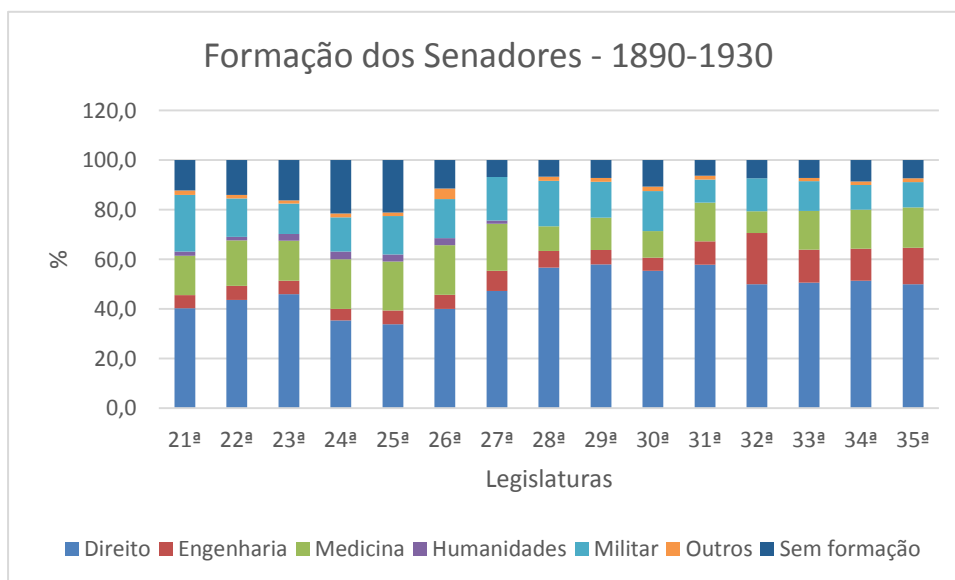


GRÁFICO 1 – Formação de Senadores - total

Fonte 4-Elaboração própria a partir de dados retirados do PRODASEN.

Estes dados corroboram a tese de que a elite brasileira, do período colonial até o final da Primeira República, buscava atingir status “superior” estudando Direito e, numa parcela muito menor, Engenharia e Medicina (CARVALHO, 2008; PASE, 2009). A elite política, até 1945, foi hegemonizada pelos bacharéis em Direito (PASE, 2009). Em média, 46% dos senadores ao longo do período formaram-se em Direito, seguidos de Medicina e Formação Militar, com 14%, sem formação, com 10%, e Engenharia, com 8%.

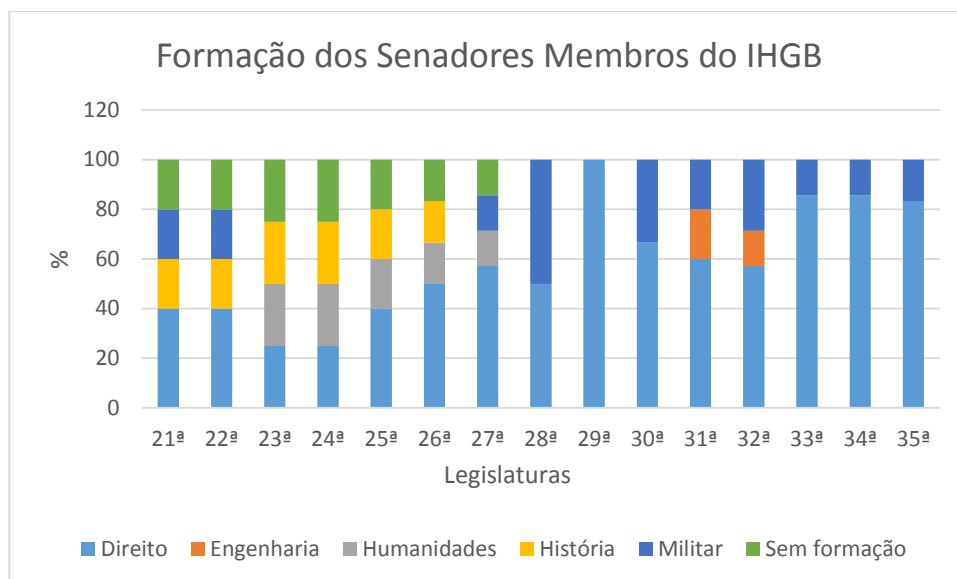
A formação em Direito é uma das mais frequentes nos poderes legislativos do mundo. Via de regra, os profissionais dessa área exercem um lugar de destaque na política, ocupando proporção expressiva dos cargos (WEBER, 1999). Nos Estados Unidos, eles preencheram de 40% a 65% das cadeiras no Congresso desde 1789 (MATTHEWS, 1984). Uma explicação para esta predominância pode estar no fato de que o início da República ainda herda muitas características da Monarquia. Segundo Best e Cotta (2000) e também Serna (2009), os advogados costumam aparecer em

“estágios transitórios, quando a democracia ainda não se concretizou [...] nos países em que as leis eleitorais são restritas e os partidos são fracos” (BEST & COTTA, 2000, p. 524).

Destaca-se ainda a predominância da Formação Militar, não apontada pela literatura. As escolas militares fornecem formação acadêmica aos jovens ao mesmo tempo em que preparam oficiais, e para os fins desta pesquisa a formação Militar foi considerada de forma diferente da formação superior convencional, por indicar uma formação intelectual específica, voltada às forças armadas. De acordo com Murilo de Carvalho (2008), a corporação militar não possuía grande peso nas decisões de cunho político, e sua absorção aos cargos dava-se através da cooptação de líderes militares para as fileiras dos partidos políticos, principalmente após a Guerra do Paraguai, em 1864.

Em contrapartida, a formação dos membros do IHGB dá-se da seguinte forma:

GRÁFICO 2 – Formação de Senadores Membros do IHGB



Fonte 5- Elaboração própria a partir de dados retirados do PRODASEN.

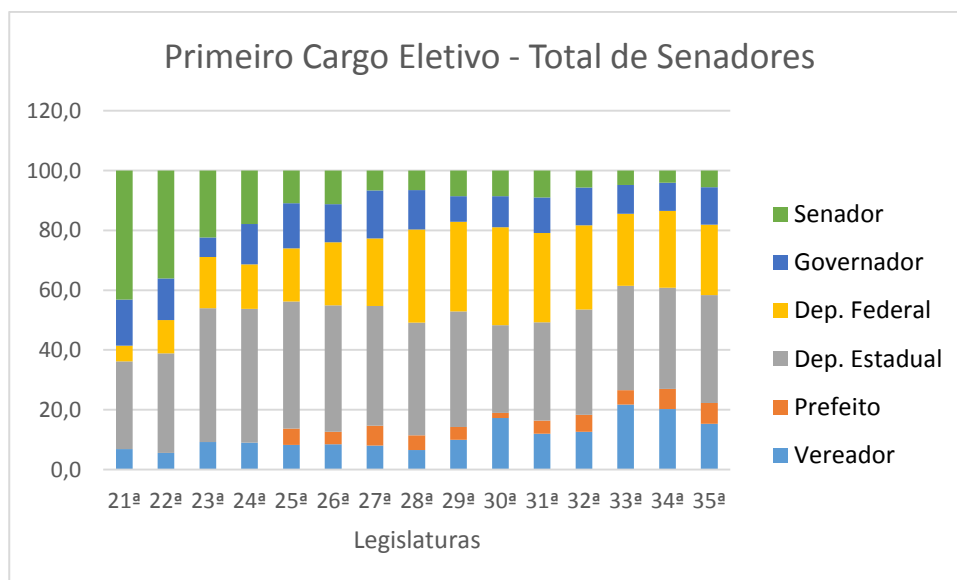
O dado de maior destaque nesta análise é a grande presença de formados em História, quando comparados com o universo total de senadores. No período de 1890 a 1902, entre a 21ª e a 26ª legislaturas, os formados em História representam uma média de 21% dos membros do IHGB, enquanto no universo total esta porcentagem fica na média de 1% no mesmo período. Fica claro que a utilização da formação profissional em História, vinculada ao associativismo ao Instituto Histórico Geográfico, tem efeitos na carreira política no início da Primeira República, havendo, entretanto, uma transformação na qual acaba por predominar a formação em Direito.

A ausência de formação, no início do período, fica também em torno de 20%, podendo representar o fato narrado por Callari (2001) e Guimarães (1988), de que os membros do IHGB caracterizavam-se mais por assumirem posições de elite do que por sua formação intelectual

propriamente dita. É interessante notar, no entanto, que esta característica transforma-se ao longo das legislaturas, indicando uma profissionalização mais rebuscada e similar ao total de senadores.

Quanto às modalidades de entrada na carreira política, conforme demonstrado no Gráfico 3, temos que, no universo total de senadores, o cargo de deputado estadual é o primeiro posto eletivo ocupado. É interessante notar, no entanto, que nas duas primeiras legislaturas, de 1890 a 1893, predominava a entrada através do cargo de senador (média de 33%), com surpreendentes 43% na 21ª legislatura, indicando que os candidatos a estes cargos, que durante o Império eram vitalícios e cujos nomes eram indicados pelo Imperador, mantinham, ainda no início da República, o seu status social, que os fornecia possibilidade de ascensão política. No entanto, ao longo das legislaturas, verifica-se que esta modalidade de entrada foi se perdendo, sendo necessário aos aspirantes à carreira política o desenvolvimento de uma trajetória política linear e vertical.

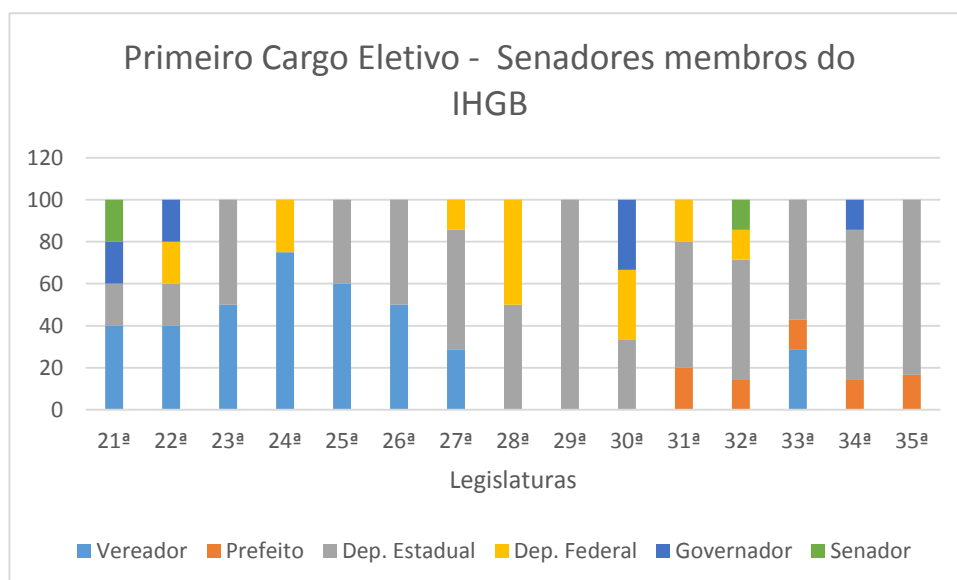
GRÁFICO 3 – Primeiro cargo eletivo para o total de senadores.



Fonte 6- Elaboração própria a partir de dados do PRODASEN.

Em comparação com o universo total de senadores, os membros do IHGB iniciaram suas carreiras a partir do cargo de vereador, demonstrando que, além do valor do associativismo, precisaram lançar mão de capital político, adquirido através de uma carreira horizontal e hierarquicamente seguida, para galgar o cargo de senador.

GRÁFICO 4- Primeiro cargo eletivo para os senadores membros do IHGB



Fonte 7- Elaboração própria a partir de dados retirados do PRODASEN.

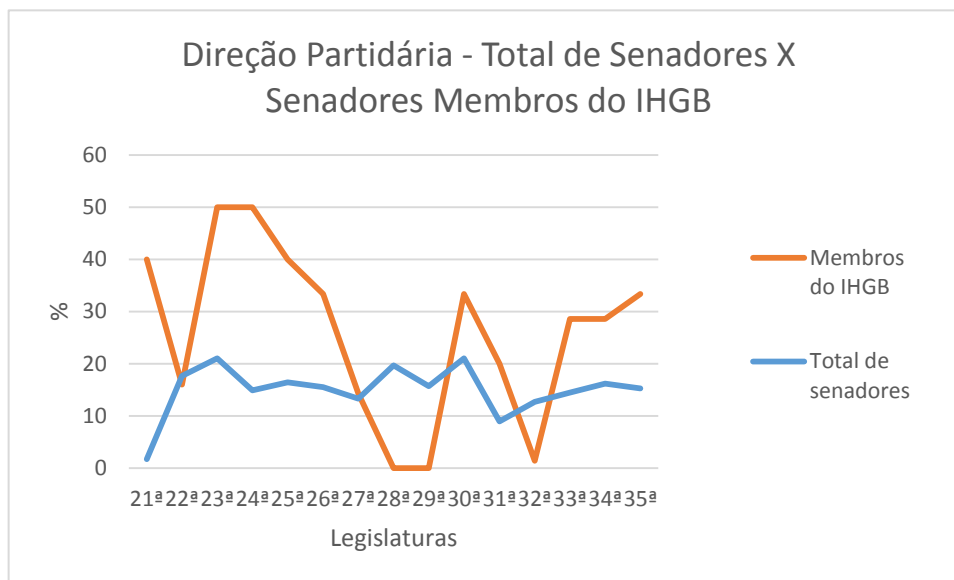
Enquanto numa primeira fase da República os senadores entram na carreira política diretamente através dos cargos de senadores, com uma taxa mínima de entrada através do cargo de vereador, os membros do IHGB fazem esta passagem justamente pelo cargo de vereadores, traçando, portanto, uma carreira mais linear e verticalmente galgada. É possível pensar que os senadores, em seu total, iniciaram o período herdando o prestígio recebido dos anos de Império, mas aos poucos necessitaram seguir um padrão de entrada de status inferior. Na metade do período, ambos os universos apresentam um padrão de entrada através do cargo de deputados estaduais, indicando uma crescente homogeneização dos senadores membros do IHGB em relação aos senadores em geral. Este alinhamento na predominância de cargos de deputados estaduais como cargos de entrada pode indicar, também, o funcionamento oligárquico da Primeira República, o qual era marcado pela seleção de membros pelos poderes locais, levando um novo contingente de elementos para compor a Câmara (SANTOS, 2013). Wanderley Guilherme dos Santos (2013), ao analisar o funcionamento da Câmara dos Deputados na Primeira República, nota: “à centralização federal correspondiam feudos paroquiais, suficientemente radicalizados como para substituir em grande parte a representação do estado na Câmara “

Dados sobre direção partidária também podem ser relevantes por revelar uma rota alternativa para a entrada na política (MARENCO DOS SANTOS, 1997).

Após ter dedicado boa parte de sua vida às tarefas de organização do partido, o indivíduo resgata a energia e o tempo investidos, convertendo-os em suporte coletivo (militância, finanças) para sua campanha. O capital político emprestado pelo partido oferece, ainda, ao aspirante a possibilidade de suprir uma carência de atributos pessoais — notoriedade, diploma, posses —, compensados pela oferta de contrapartidas simbólicas como programas, visões de mundo, valores éticos e bandeiras sociais, transferidos pela identificação partidária (Offerlé, 1989, p.167). (MARENCO DOS SANTOS, 1997, p.97)

Assim, levantamos dados sobre a direção partidária exercida pelos senadores durante a Primeira República, chegando aos resultados expostos no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 – Exercício de Direção Partidária entre Senadores X Senadores Membros do



Fonte 8- Elaboração própria a partir de dados do PRODASEN.

IHGB

De início nota-se que os membros do IHGB, comparativamente, exerceram, em média, mais cargos de direção partidária quando comparados ao universo total de senadores. Não se tratam, portanto, de meros filiados, mas de sujeitos com cargos de direção partidária, havendo, portanto, uma associação entre a ocupação de cargo político nacional com a ocupação de lugares de direção partidária.

A fim de compreender melhor este exercício de direção, identificamos os partidos políticos aos quais os senadores eram vinculados, conforme Tabela 4. Destes 22 partidos, os membros do IHGB concentravam-se em seis: PL, PP, PR, PRC, PRH e PRP. Os partidos republicanos, que iniciam com a sigla PR, foram fortalecidos na época, e proliferaram os partidos republicanos estaduais, que representam 50% das direções partidárias existentes entre os senadores. Sua defesa era em prol da República e contra a Monarquia. Já o PL, Partido Libertador, foi herdeiro do extinto Partido Federalista do Rio Grande do Sul, também conhecidos como maragatos. Defendia o parlamentarismo e o federalismo e uma ampla revisão da Constituição do Rio Grande do Sul, de cunho positivista (FABER, 2013). É relevante notar que dentre a divisão existente entre republicanos e federalistas, os membros do IHGB dividiam-se entre ambas as correntes, havendo, no entanto, maior concentração no Partido Republicano.

TABELA 4 – Partidos Políticos de Direção Partidária

<i>PARTIDOS</i>	<i>TOTAL DE SENADORES</i>	<i>MEMBROS IHGB</i>
<i>PA</i>	5	0
<i>PC</i>	5	0
<i>PCI</i>	8	0
<i>PD</i>	4	0
<i>PDB</i>	4	0
<i>PEDA</i>	2	0
<i>PL</i>	14	7
<i>PLIB</i>	3	0
<i>PM</i>	2	0
<i>PN</i>	3	0
<i>PP</i>	2	2
<i>PR</i>	27	8
<i>PRB</i>	3	0
<i>PRC</i>	30	2
<i>PRD</i>	4	0
<i>PRF</i>	20	0
<i>PRH</i>	1	1
<i>PRL</i>	1	0
<i>PRM</i>	14	0
<i>PRN</i>	5	0
<i>PRP</i>	6	2
<i>PRSC</i>	4	0
<i>TOTAL</i>	167	22

Fonte 9- Elaboração própria a partir de dados do PRODASEN.

Apresentamos no Gráfico 6 dados sobre vínculos familiares dos senadores na política, a fim de verificar se os parlamentares com relações de ascendência familiar na política detém poder de influência que aumentam suas chances de sucesso eleitoral.

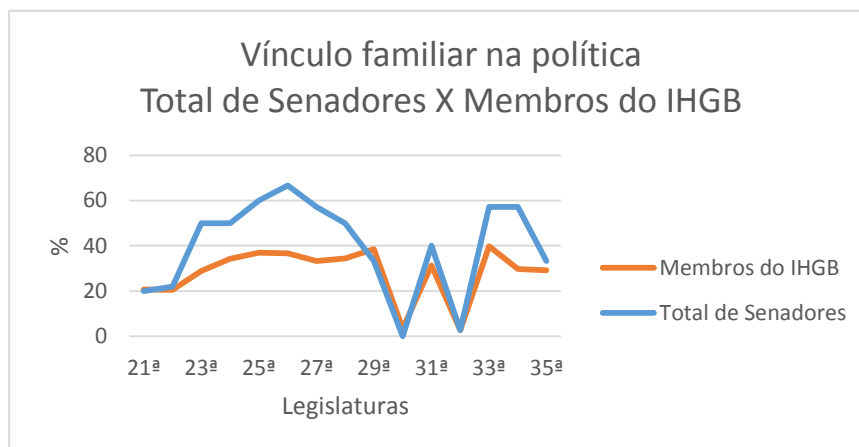


GRÁFICO 6 – Existência de vínculo de ascendência familiar na política

Fonte 10- Elaboração própria a partir de dados do PRODASEN.

Ao que se nota, a ocorrência de vínculo familiar não difere substancialmente entre o universo de membros do IHGB e o total de senadores. Estas taxas, que oscilam de 20% a 65% no primeiro período, diminuindo a partir da 30ª legislatura, indicam que alguns dos senadores foram influenciados pelo vínculo familiar na consecução de suas carreiras, corroborando a observação da existência de linhagens e oligarquias, ocupadas em manter privilégios durante a Primeira República.

4 Considerações finais

Nossa preocupação neste artigo foi descrever a distribuição das formações acadêmicas, direção partidária e vínculos familiares dos senadores brasileiros no período da Primeira República em comparação com os senadores membros do IHGB no mesmo período, buscando verificar uma possível relação entre o associativismo relacionado ao Instituto e a possibilidade de reconversão desta relação em capital social. Fizemos também uma primeira tentativa de avaliar possíveis relações com a quantidade de mandatos exercidos durante o período.

A despeito do caráter exploratório da pesquisa, chegamos a conclusões importantes. Em consonância com a literatura, a maioria dos Senadores durante a Primeira República eram bacharéis em Direito, havendo, no entanto, uma presença significativa de formados em História entre os membros do IHGB. Estes membros apresentaram também um perfil diferente no que diz respeito à trajetória política, tendo iniciado, preferencialmente, através do cargo de vereadores, traçando uma carreira mais linear quando comparados aos senadores em geral. Ao que os dados indicam, os senadores membros do IHGB tiveram de articular-se a outros tipos de recursos, como direção partidária, vínculos familiares e formação acadêmica, a fim de poderem galgar seus postos no

Senado. Na metade do período, a partir da 29^a legislatura, nota-se uma progressiva homogeneização no tipo de cargo de entrada e formação. Fica claro que esta espécie de linha divisória representa uma similaridade entre o perfil dos membros do Instituto e dos senadores em geral, podendo indicar que ao início do período estes membros representavam mais o estilo de fazer política do Império, para ao decorrer do processo adaptarem-se ao modo de funcionamento republicano.

É importante notar também que o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro representava a missão da escrita da história brasileira, feita por intelectuais, e que se refletiu em outros tipos de associação de mesmo cunho, como aquelas ligadas à Letras, Geografia e outras. A aproximação ao funcionamento da Corte e ao imperador pode ter fortalecido o papel da associação ao IHGB de modo mais significativo durante o Império, trazendo reflexos de sua continuidade na Primeira República.

Esperamos com este estudo ter colaborado para uma aproximação ao tema do associativismo de cunho intelectual na Primeira República, ressaltando, no entanto, a necessidade de uma exploração investigatória mais aprofundada no que diz respeito a outros tipos de associações no período.

4 Referências

- BEST, H. & COTTA, M. (2000) **Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000: Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries**. Oxford University, New York.
- BOURDIEU, Pierre. Le capital social (1980). **Actes de la Recherche in Sciences Sociales**, Paris, n. 31, p. 2-3.
- BOURDIEU, P. (2011) O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 193-216, janeiro-junho.
- CALLARI, C. R. (2001) Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, vol.21, n.40, p. 59-83.
- CARVALHO, J. M. (2008). **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de sombras: a elite política imperial. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- CORADINI, O. (2007) Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticos: tendências recentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, n.28, p. 181-203, jul.
- FABER, M. **História dos partidos políticos no Brasil**, s/d. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf> Acesso em 28 mar 2014.
- GUIMARÃES, M. L. S. (1988) Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, n.1, p. 5-27.
- KURZMAN, C. and LEAHEY, E. (2004) Intellectuals and Democratization, 1905 – 1912 and 1989 – 1996. **American Journal of Sociology**, vol. 109, n.04, p.937-986, Jan..
- LAMOUNIER, B. (1977) Formação de um pensamento político autoritário na primeira república. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Difel, Rio de Janeiro / São Paulo, p. 345 – 374.
- MARENCO DOS SANTOS, A. (1997) Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no congresso nacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12 n.33, fev..
- MATTHEWS, D. Legislative Recruitment and Legislative Careers. **Legislative Studies Quarterly**, Iowa, v. 9, n. 4, p. 547-585, Nov, 1984.
- NEIVA, P and IZUMI, M. (2012) Os "doutores" da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. **Revista de Sociologia e Política**, v.21, n.41, p.171-192, fev.
- PASE, H. L. (2009) A formação da elite na Primeira República. **Barbarói**, v.2, n.25, pp. 93-104,
- PATTERSON, S. (1968) Comparative Legislative Behavior: A Review Essay. **Midwest Journal of Political Science**, Bloomington, v. 12, n. 4, p. 599-616, Nov.
- SANTOS, W. G. (2013) **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, vol. 56, nº 1, pp. 9 - 37.
- SERNA, M. (2009). **La composición de la élite política uruguaya: circulación y reconversión en democracia**. Trabalho apresentado no 33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, realizado em Caxambu, 26-30,out.
- URIARTE, E. (1997) El análisis de las elites políticas en las democracias. **Revista de Estudios Políticos**, Madrid, n. 97, p. 249-275, 1997.
- WEBER, M.(1999) **Ciência e política: duas vocações**. Cultrix, São Paulo.

Fontes:

RIHB – Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, tomo 1, 1839.

Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal. **Biografia dos Senadores Brasileiros (BSEN) - 1826-2013**. Brasília, 2013.